

Quem desmoraliza o Parlamento

Parece inacreditável que os representantes do povo no Congresso Nacional não tenham a mínima sensibilidade para captar o que talvez seja o sentimento mais forte da população brasileira, nos dias que correm, em relação à classe política, a saber: a profunda contrariedade, para não dizer revolta, em saber que o dinheiro público está sendo desviado — ou desperdiçado — no interesse de uns poucos privilegiados. Prova gritante dessa insensibilidade é a transformação do Congresso em verdadeiro comitê eleitoral, com a utilização de toda a espécie de recurso público — de funcionários a etiquetas, de impressões gratuitas a franquias postais — em favor exclusivo das campanhas de reeleição de deputados e senadores.

Os servidores do posto do Correio no Anexo IV da Câmara dos Deputados em trabalho ininterrupto tiveram que pedir reforço, porque de 40 mil peças de correspondência mensais passaram a despachar cerca de 350 mil cartas por dia. Muitos congressistas deixaram acumular suas cotas de correspondência fran-

queada e conseguiram ainda cotas de amigos que desistiram da reeleição. Alguns chegaram a pedir para os funcionários do Correio não colocar no envelope das cartas o carimbo de identificação de quem paga a postagem (por meio da frase "Franqueado/ Câmara dos Deputados"). Com certeza esses já desconfiam do efeito contraproducente que essas cartas "oficiais", custeadas pelo contribuinte, produzirão nos eleitores.

Os deputados e senadores dispõem de verba para contratar funcionários de confiança, que ficam a seu serviço durante todo o mandato. Teoricamente, tais funcionários, requisitados fora do quadro permanente dos servidores do Congresso, deveriam assumir funções de assessoria legislativa. Mas podem ser desviados para serviços de natureza exclusivamente eleitoral sem que se dê nenhuma explicação sobre seu trabalho.

Os congressistas dispõem ainda de uma cota na gráfica do Senado para imprimir discursos e livretos sobre sua atuação no Legislativo. É claro que essas edições — que somam 200 mil

páginas por ano — se transformam em perfeito material de propaganda nas campanhas eleitorais.

O que causa mais espécie é a absoluta sem-cerimônia com que os parlamentares, das mais diversas correntes partidárias e ideológicas (pois nisso há sempre consenso total), transformam as Casas Legislativas em comitês eleitorais. Além de ilegais e imorais tais desvios de dinheiro público significam um tipo de "reserva de mercado", destinado a fazer com que os que já estão no Congresso nele permaneçam, utilizando-se de muitas vantagens em relação aos novos postulantes.

Na verdade, em muitos aspectos a legislação eleitoral favorece essa "reserva de mercado" parlamentar. A distribuição de tempo no "horário gratuito" a cargo da Justiça Eleitoral, por exemplo, sempre beneficia os que já têm mandato ou exercem maior grau de influência nas respectivas cúpulas partidárias. O resultado de todo esse processo é uma barreira interposta à perspectiva de renovação de quadros no Legislativo brasileiro.

Todas as vezes em que surgem na imprensa denúncias comprometedoras do comportamento dos parlamentares, sejam as relativas à "legislação em causa própria", às remunerações e reajustes abusivos, às ausências sistemáticas no local de trabalho — que provocam as permanentes faltas de quórum —, etc., costuma vir à tona um supersensível "éspírit de corps" que vislumbra campanhas orquestradas de desmoralização da instituição parlamentar, de responsabilidade — para variar — da imprensa. Parece não passar pela cabeça dos ilustres parlamentares que são atitudes deles mesmos — como a transformação do Congresso em comitê eleitoral em "esforço concentrado" — que desmoralizam o Poder Legislativo em nosso país. Não dá para entender como podem julgar a coisa mais natural do mundo o uso de recursos dos contribuintes para finalidades eleitorais, se isso é flagrantemente inconstitucional, ilegal, imoral, além de constituir prática condenável em qualquer democracia digna de respeito.